



Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC
Vol. 1 nº 1 (1), agosto-dezembro/2003, p. 26-38
www.emtese.ufsc.br

Gastos sociais e dívida pública brasileira – 1995/2000¹

Alceu Conceição Ferreira²

1. Introdução

Este artigo tem como objetivo a avaliação da relação entre os gastos do governo brasileiro com juros e amortizações da dívida pública e os gastos sociais, na segunda metade dos anos 90. É possível afirmar que o pagamento de juros e amortizações implica em constrangimentos nos gastos sociais? A orientação do governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) segundo os preceitos do *mainstream economics*, teve impacto negativo na área social? A resposta para estas questões pressupõe a compreensão da política econômica adotada no país ou pelo menos o entendimento de seus pilares de sustentação.

Para o governo FHC, a promoção de melhorias das condições sociais depende da manutenção da estabilidade econômica, da redução do tamanho do Estado e do crescimento econômico. Essa postura tem sido constantemente ratificada pelos pronunciamentos do atual Ministro da Fazenda, o qual tem focalizado a manutenção do programa de ajustes macroeconômicos em curso desde 1994. Do discurso oficial é de se esperar dias melhores, pois segundo a perspectiva do governo, depois da consolidação da estabilidade econômica e do restabelecimento da confiança no país, um novo período de prosperidade seria instaurado no Brasil.

Mas a realidade é outra e o grande problema para a sociedade, principalmente para aqueles que pertencem à parcela dos 50% mais pobres, é que a política econômica recomendada pelo *mainstream* não é compatível com os programas que tenham como meta o desenvolvimento social. O tratamento dispensado à questão social tem se caracterizado pela simples manipulação de dados contábeis, onde o mais importante é o "fechamento" das contas públicas de acordo com os critérios de rentabilidade do mundo privado. Neste caso, não se toma conhecimento da dura realidade daqueles que estão abaixo da linha de pobreza, atualmente mais de 30% da população

¹ Artigo elaborado para a disciplina "Estado, Regimes Políticos e Políticas Públicas", ministrada pelos professores Erni Seibel e Ricardo Silva no 1º semestre de 2002 no curso de Pós-Graduação em Sociologia Política/UFSC.

² Economista e mestrando em Sociologia Política pela UFSC, E-mail: alceucf@matrix.com.br

brasileira. Os critérios técnicos afastam qualquer possibilidade de compreensão do modo como vivem essas pessoas.

Essa situação foi destacada com precisão em um recente artigo de Joseph E. Stiglitz. Conforme esse autor, a forma com que são implantados os programas econômicos pode ser comparada à moderna tecnologia de guerra, pois:

“a guerra tecnológica moderna é concebida para suprimir todo o contato físico: as bombas são lançadas de uma altitude de 15 mil metros para que o piloto não “ressinta” o que faz. Com a moderna gestão da economia, é a mesma coisa. Do alto de um hotel de luxo, impõem-se, sem piedade, políticas sobre as quais se pensaria duas vezes caso se conhecessem os seres humanos cujas vidas vão ser arrasadas” (STIGLITZ, E. J. 2002, P. 1).

De um ângulo não muito distante, um problema adicional configura-se pelo forte endividamento público. Convém ressaltar que além da dívida externa, aproximadamente um terço da dívida interna está indexada ao dólar. Além disso, a necessidade constante de financiar o déficit público e de rolar a dívida interna implica na elevação da taxa de juros, cujo efeito imediato é o aumento da própria dívida.

O endividamento é uma das principais causas da atual crise financeira do Estado, pois uma parcela crescente das receitas é consumida no processo que compreende o pagamento de juros, amortizações e rolagem da dívida pública. Desta forma, parecem óbvias as “dificuldades” para a execução dos programas sociais, pois o esforço de investimento do Estado volta-se para aquelas atividades que podem impulsionar o crescimento econômico e conseqüentemente gerar a riqueza necessária para honrar a dívida.

Este texto subdivide-se em três partes. A primeira apresenta, de forma sucinta, os principais elementos de sustentação da atual política econômica, com destaque para o endividamento como padrão de financiamento. A segunda destaca os principais traços da concepção teórica na qual está inserida a política social no Brasil. A luz dessas abordagens, a terceira parte discute a relação entre a política econômica e a dívida com os gastos sociais. A idéia central é de que há uma estreita relação entre a deterioração dos indicadores sociais com o endividamento e com a opção de política econômica.

2. A política econômica do governo FHC e seus efeitos na economia

A tese central do governo é de que a estabilidade econômica, a reforma do Estado e o crescimento econômico são condições imprescindíveis para melhorar as condições sociais. Essas idéias constituem o pano de fundo do programa de estabilização implementado no Brasil em 1994 – o Plano Real. A base desse programa está na estabilidade dos preços vinculada à abertura econômica e a valorização cambial. A

abertura da economia foi abrupta e indiscriminada, implicando na falência de importantes setores indústria brasileira, que não suportaram a concorrência desigual e selvagem puxada pelas empresas estrangeiras, principalmente nas dimensões tecnológica e financeira.

No mercado de trabalho o efeito da abertura da economia pode ser verificado pelo comportamento do emprego. No período de 1995 a 2000, cresceu muito o número de trabalhadores desempregados. Conforme pode ser observado na Tabela 1, na grande São Paulo, onde está concentrado o maior percentual de trabalhadores, a pesquisa realizada pelo DIEESE aponta para um crescimento de 34% da taxa de desemprego. Isso significa que no final da década de 90, 20% da população economicamente ativa (PEA) paulistana estava desempregada. No Brasil, de acordo com o IBGE, esse indicador se traduz em 7% da PEA fora do mercado de trabalho.

É importante observar que as diferenças entre os índices apresentados por essas instituições, decorrem da metodologia adotada para o cálculo. No caso do IBGE, quem trabalhou um dia nos últimos trinta dias é considerado parte da população empregada. Por outro lado, quem depois de procurar emprego, sem sucesso, desistiu de disputar uma vaga, é considerado inativo. Essa forma de calcular a taxa de desemprego acaba produzindo um indicador que não corresponde à realidade. É por isso que a taxa de desemprego calculada pelo IBGE é muito inferior aquela calculada pelo DIEESE.

Do ponto de vista da macroeconomia, esta “opção” se traduziu em fortes desequilíbrios na balança de pagamentos. Assim, apesar de no período 1995-2000, terem sido pagos US\$ 239 bilhões de juros e amortizações, a dívida externa total saltou de US\$ 159 bilhões em 1995 para US\$ 240 bilhões no final dos anos 90 (Tabela 2).

Na balança comercial, o país acumulou ao longo do período sucessivos e crescentes déficits. Note-se que pela atual configuração da divisão internacional do trabalho – onde a produção de alta composição tecnológica se processa somente nos países desenvolvidos, a exportação não se constitui na melhor alternativa para países como o Brasil. A exportação de produtos com maior valor agregado, pressupõe a importação “do recheio tecnológico (...) da matriz ou dos países avançados detentores da tecnologia. Crescem as exportações, mas expandem-se quase ao mesmo ritmo as importações das peças de maior preço” (RICUPERO, R. 2002). Portanto, nestas condições, um grande esforço exportador pode contribuir muito pouco para o fortalecimento da economia nacional.

Por outro lado, o passivo externo líquido³ aumentou 71% entre 1994 e 1998, passando de US\$ 150 bilhões para US\$ 256 bilhões. Isto representa, no último caso, quase 5

³ O conceito de passivo líquido dá uma dimensão mais realista do endividamento externo do país, pois além da dívida externa incorpora o estoque de investimentos estrangeiros no país. Uma equação representando este conceito poderia ser representada da seguinte forma: **Passivo Externo Líquido = Ativos Externos – Passivo Externo Bruto**. A Primeira conta

vezes o valor das exportações. Além disso, apresenta na sua composição um problema grave, pois as dívidas de curto prazo e os investimentos de portfólio⁴ (US\$ 99 bilhões em março/98) representavam em 1998 145% das reservas no Banco Central. Estimava-se que para financiar este passivo, o Brasil necessitaria ao longo de 2002 aproximadamente US\$ 70 bilhões. Como o cenário provável era de retração das economias envolvidas, a obtenção das divisas necessárias para pagar a dívida, através do setor exportador, estava praticamente descartada. Nestas condições, certamente haveria um incremento no endividamento externo.

Tabela 1 - Taxa de Desemprego (%)

	IBGE		DIEESE		
	Brasil	São Paulo	São Paulo		
	Aberto	Aberto	Aberto	Oculto	Total
1995	4,6	5,2	9,0	4,2	13,2
1996	5,4	6,3	9,9	5,1	14,9
1997	5,7	6,6	10,2	5,6	15,7
1998	7,6	8,6	11,7	6,5	18,2
1999	7,6	8,3	12,1	7,2	19,3
2000	7,1	7,5	11,0	6,7	17,7

Fonte: Conjuntura Econômica, NOV 2001, VOL 55, Nº11

Aberto: Pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias.

Oculto: Pessoas que procuraram trabalho nos últimos 12 meses apesar de exercerem algum tipo de atividade considerada trabalho precário.

depois da igualdade é composta pelas reservas em moeda externa no Banco Central; haveres externos dos bancos comerciais; investimentos no exterior e créditos contra outros países. A segunda é constituída pela dívida externa e o estoque de investimentos estrangeiros.

⁴ Carteira de títulos – conjunto de ativos financeiros (títulos, ações, debêntures, etc.).

Tabela 2 - Dívida externa total, juros e amortizações - US\$ milhões

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Dívida externa total	159.256	179.935	199.997	241.644	241.468	216.921
Juros líquidos	8.158	8.778	9.483	11.437	14.876	14.649
Amortizações	11.023	14.271	28.701	33.587	49.120	34.690

Fonte: Secretaria da Receita Federal, Secretaria do Tesouro Nacional, Conjuntura Econômica NOV 2001 VOL 55 Nº 11

Nas contas internas, a dívida interna é um dos grande problemas. Para financiar os déficits gerados pelo Plano Real e também para rolar a própria dívida, o governo manteve as taxas de juros elevadas. Isso fez com que montante da dívida se mantivesse numa reta ascendente, cuja proporção já ultrapassa a metade do PIB (Gráfico 1).

Esse quadro de desequilíbrio era esperado pela equipe que estava a frente da condução da política econômica. Havia uma forte crença que essa situação era temporária, pois a abertura da economia e o aumento das importações tendem a impulsionar a competitividade da indústria nacional, possibilitando no médio prazo a conformação de um ciclo de expansão.

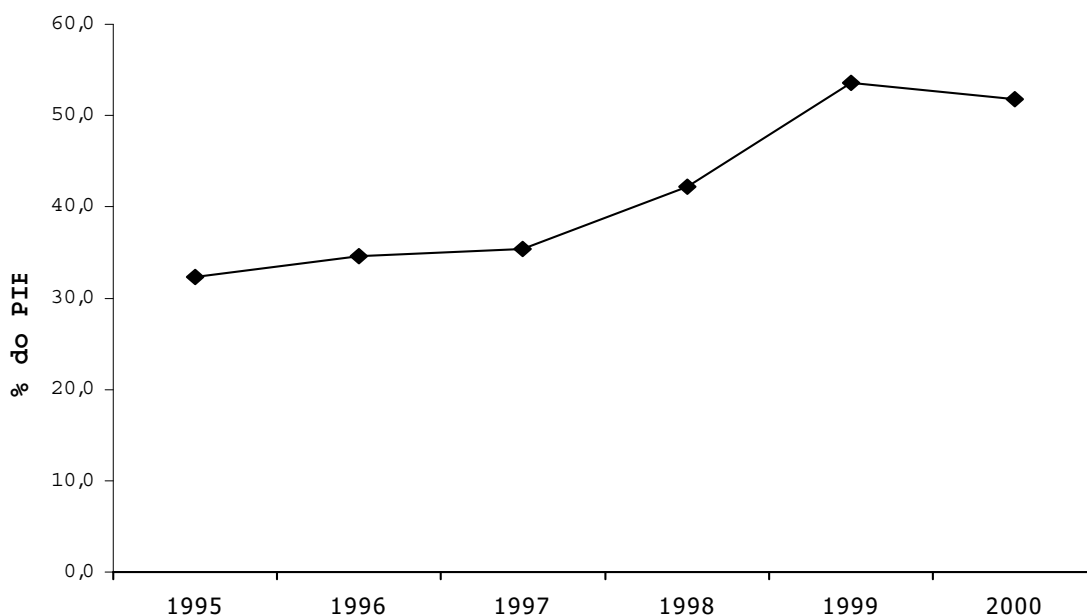
No entanto, essa tese não encontra respaldo entre aqueles que pensam a economia de um ângulo diferente ao do liberalismo. Como não é o caso de uma exploração mais criteriosa deste tema, apenas serão apresentados alguns contra argumentos oriundos da própria base do governo FHC. Em uma entrevista concedida à Revista Conjuntura Econômica, Bresser Pereira – economista do partido do governo, deixou claro que os fundamentos da política econômica do governo FHC, são suicidas do ponto de vista econômico e não se sustentam no longo prazo.

Segundo esse autor, o governo deixou a desejar porque aceitou a tese dos norte americanos de que se fizéssemos o ajuste fiscal e as reformas do Estado, o financiamento que falta ao Brasil, em razão da dívida externa, viria através dos investimentos das empresas multinacionais. Para Bresser Pereira:

“esse diagnóstico, que está implícito e explícito em toda a análise que o Norte faz dos países em desenvolvimento, é falso. A idéia de que podemos nos desenvolver com poupança externa não é verdadeira (...) o recurso permanente

à poupança externa, ou seja, ao déficit em conta corrente – poupança externa é sinônimo de déficit em conta corrente – apresenta dois problemas. Um problema óbvio é que você acaba se endividando tanto, se esse déficit em conta corrente estiver crescendo mais que o PIB, que acaba explodindo. Mas tem um outro problema, que os economistas geralmente esquecem e que é fundamental: é que existe um elemento intrínseco ao movimento de capitais, que torna a poupança externa, ou seja, o investimento que vem com ela – autoderrotante (...) traz intrinsecamente dentro de si, um efeito que a anula (BRESSER PEREIRA, 2002, P. 15)

Gráfico 1 – Dívida Interna



Fonte: Boletim do Banco Central do Brasil (vários números)

Elaboração do autor

Neste sentido, não resta dúvida que a política econômica adotada pelo governo FHC levará o país a um estrangulamento financeiro. É por isso que já é comum, entre a oposição e a base do governo, a idéia da necessidade de discutir o financiamento do Estado. Uma hipótese que ganha força é a do alongamento do perfil da dívida, que daria fôlego ao governo para articular uma estratégia de longo prazo nesse campo.

3. As bases da política social do governo FHC.

Após décadas de experiências com políticas de ajuste econômico estrutural, cuja pedra de toque era o crescimento econômico, os indicadores sociais brasileiros mostram um país de contrastes. São fortes as diferenças no nível de renda, na educação, na saúde, na habitação, etc. Além disso, tem-se as diferenças regionais, marcadas pela existência de Estados muito pobres e de outros onde se concentra a geração de riqueza.

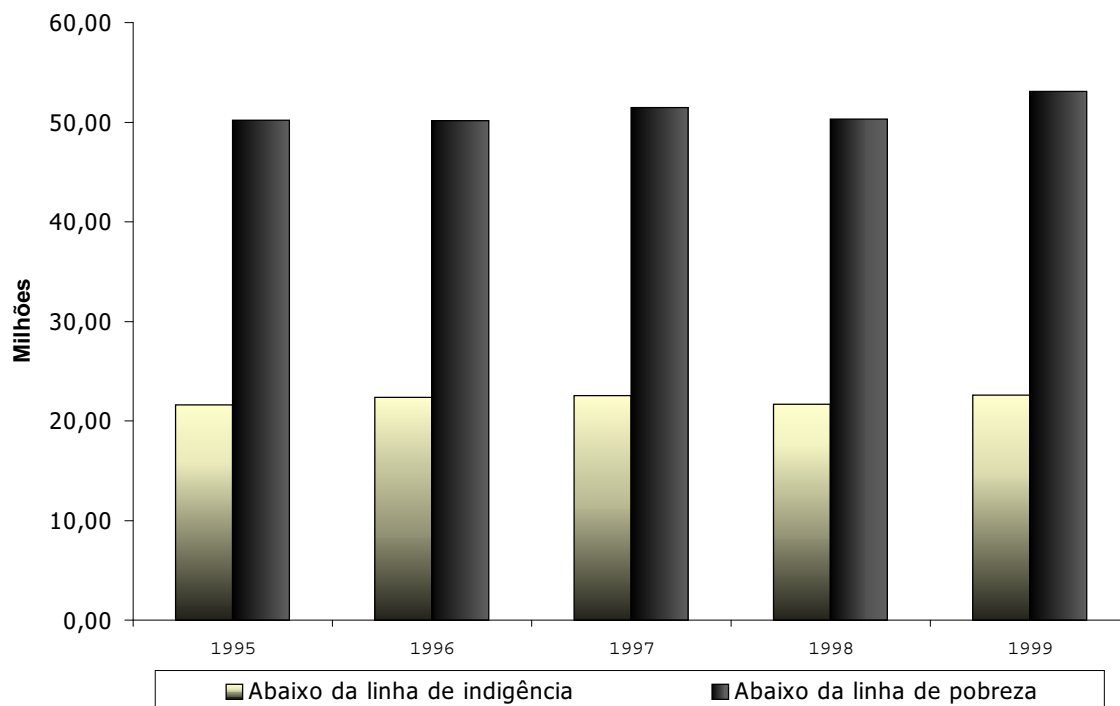
Então, mais do que gerar desequilíbrios nas finanças públicas, o modelo econômico adotado pelo governo FHC, levou a um aumento do número de pessoas que vivem abaixo das linhas de pobreza e indigência (Gráfico 2). Como este é um fato que não pode ser tratado apenas como um indicador macroeconômico, pois se trata de mais de 50 milhões de pessoas, a questão que se coloca para os liberais é de como implantar políticas sociais para melhorar a vida dessas pessoas sem comprometer o núcleo de seu modelo econômico. Em outras palavras, trata-se de “resolver” esses desajustes sociais sem contrariar nenhuma proposição de que é o crescimento econômico em última instância que resolve os problemas sociais, pois “pressupõe-se que a modernização econômica, a abertura do mercado e o dinamismo empresarial trarão, no futuro, o fruto desejado, ou seja, a redução da pobreza” (RIBEIRO, 2001, P. 74).

O desenho de políticas sociais concebido pelos liberais visa, em primeiro lugar, a redução dos gastos públicos sociais e, em segundo, arrefecer as tensões sociais até a chegada dos efeitos “positivos” do crescimento econômico. O núcleo da política social, preconizada pelo liberalismo se caracteriza pela focalização, privatização e descentralização.

No primeiro caso, seriam contempladas por políticas compensatórias somente aquelas pessoas que não possuem nenhum mecanismo de defesa aos efeitos dos constantes ajustes no curso da economia, puxados pela política econômica ortodoxa. Nessa população se enquadram as pessoas que vivem nas favelas, os camponeses (bóias frias), crianças e idosos.

A destinação dos recursos não está vinculada à necessidade, isto é, “a definição de alvos torna-se um dispositivo de distribuição de recursos que não são calculados em relação a necessidades básicas insatisfeitas, mas sim relativamente à lógica do ajuste fiscal e às prioridades neoliberais” (LAURELL, 1998, P. 194).

Gráfico 2 – Número de pessoas abaixo dos níveis de indigência e de pobreza



Fonte: <http://fgvdados.gov.br>

Elaboração do autor

A transferência da produção de bens e serviços públicos para o setor privado, constitui a privatização das políticas sociais. Isso poderia reduzir a pressão sobre o Estado por gastos sociais, contribuindo para amenizar a crise fiscal. Nesta perspectiva, compreende-se o setor privado não lucrativo como parte da concepção liberal. É por isso, que há um número significativo de associações filantrópicas e organização não-governamentais, ofertando serviços sociais à população pobre.

Na mesma direção, verifica-se um esforço para reduzir o gasto com seguridade social. O argumento se baseia na estrutura de custos das empresas, que seriam penalizadas com as contribuições elevadas para financiar a seguridade social. Na avaliação dos empresários e do governo os efeitos poderiam ser perversos, principalmente em relação ao mercado de trabalho, pois a elevação do custo da força de trabalho poderia se refletir numa queda da demanda por emprego.

Este enfoque está em sintonia com a tese desenvolvida nos países desenvolvidos, onde se estabeleceu um combate ao Estado de Bem Estar Social. O diagnóstico do setor privado responsabiliza a seguridade social pela elevação do custo da "mão-de-obra", que provoca a transferência das plantas industriais para outros países, gerando

desemprego na país de origem. Nessa ótica, os países que aumentam os gastos sociais perdem competitividade. Porém, não é isso que ocorre, pois os países que gastam mais com seguridade social (Holanda, Finlândia, Dinamarca, Suécia, e Noruega), estão entre os mais competitivos do mundo. Então não existe a correlação apontada pelos liberais (GRAUWE, 2001).

Finalmente, para reduzir a responsabilidade dos governos centrais com a gestão e aplicação de recursos em políticas sociais, apresenta-se a descentralização. A idéia é que a transferência dessa tarefa para os governos locais aumenta a eficiência e a eficácia dos gastos sociais. De fato, a melhor alternativa para os gastos sociais passa pela descentralização, porém, a simples transferência para os governos locais não é a garantia suficiente da aplicação desses recursos em programas que beneficiem a sociedade. Uma alternativa poderia se configurar pela participação da sociedade na gestão desses recursos, através da eleição de conselhos.

4. Dívida pública e gastos sociais 1995-2000

Como mencionado anteriormente, nos anos 90, em razão da política econômica adotada, surgiram desequilíbrios macroeconômicos, cujas conseqüências se expressam na vulnerabilidade da economia e na drenagem das receitas públicas, principalmente para o pagamento do serviço da dívida pública⁵. Não é por acaso que o Banco Mundial já destacava, em seus relatórios de 2000, o Brasil como um país seriamente endividado⁶, colocando-o na zona de risco do ponto de vista dos investimentos externos.

O governo brasileiro, além de se orientar pelos mandamentos do liberalismo, sofre a pressão dos organismos multilaterais para fazer ajustes recessivos, que são vistos como fundamentais para gerar um quadro de estabilidade, necessário para criar as condições para o "crescimento sustentado". De acordo com essa ótica, defendida principalmente pelas direções do FMI e do Banco Mundial, o Estado deve se submeter a um rigoroso programa de ajuste entre as receitas e as despesas – não pode gastar mais do que arrecada. Não é demais salientar que uma das imposições clássicas do FMI, quando renegocia a dívida de um país devedor, é a redução dos gastos sociais previstos no orçamento. No caso brasileiro esta imposição não se constituiu em um problema pois "o atual governo resolveu que parte do ajuste fiscal acordado com FMI se pague através de corte na área social" (KERSTENETZKY, 2001, P. 95). Este é o pano de fundo do ajuste fiscal, conduzido pelo governo FHC após o acordo com o FMI em 1998. Quer dizer que o Estado deve ser administrado pela ótica financeira, ou seja, pelos mesmos critérios adotados no mundo privado, onde impera a busca do lucro.

⁵ Juros + amortizações.

⁶ Para um país ser classificado numa boa condição, os valores da dívida em relação ao PIB e às exportações deve estar em torno de 48% e 132%. Esses indicadores foram estourados pelo Brasil. No período 1996-1998, esses valores representavam 28% e 347%. Atualmente são mais significativos.

De acordo com o FMI⁷, os gastos sociais do Estado devem priorizar somente a educação básica e a saúde pública. Isso significa que as demais contas sociais ficam sujeitas à cortes, de acordo com a necessidade e conveniência do governo.

Sobre a educação é necessário uma observação adicional, pois é um dos temas centrais do *Country Assistance Strategy*⁸ (CAS), produzido anualmente pelo Banco Mundial. Segundo essa visão, é somente através da educação que será superado o problema da pobreza. Neste ponto cabe uma ressalva importante: O banco coloca a educação como preponderante mas não percebe ou oculta outros fatores que podem influenciar a própria educação. Há uma "hipervalorização da educação na determinação da renda, quando é esquecido o fato de que a renda também determina o nível educacional" (RIBEIRO, Op. Cit., P. 79).

Deste conjunto de proposições cabe assinalar o que realmente importa garantir nesse processo. O FMI, o Banco Mundial e o governo FHC, trabalham para criar um ambiente seguro para o setor privado, principalmente para o capital financeiro, que ao se valorizar também cumpre o papel de financiar os desajustes criados pelo modelo econômico liberal.

Como se sabe, a política econômica implantada com o Plano Real e que se mantém até o presente, gera déficits crescentes nas contas públicas, cujo financiamento se processa através do endividamento (interno e externo) e da atração de capitais externos (investimentos direto e especulativos). Para viabilizar esse tipo de financiamento o governo tem mantido as taxas de juros em patamares elevados. Esse mecanismo impulsiona um crescimento exponencial da dívida interna e se constitui num poderoso instrumento de transferência de renda do Estado e da sociedade para o setor financeiro.

O resultado é uma drenagem das receitas públicas para o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública. Com isso, ficam escassos os recursos que poderiam estar sendo direcionados para pelo menos amenizar o problema da pobreza no país. Em razão disso, pode-se notar que, na segunda metade dos anos 90, os gastos relacionados com a dívida pública foram equivalentes a todos os gastos sociais de maior envergadura (Gráfico 3).

Talvez seja por essa razão que o Ministro da Fazenda tenha se esforçado tanto para apresentar saldo positivo dos indicadores sociais da sua gestão. Em que pese o esforço do Ministro, manifestado em uma entrevista à Agência Estado, em 02/07/2002, o quadro positivo que tenta mostrar não se sustenta se forem comparados com

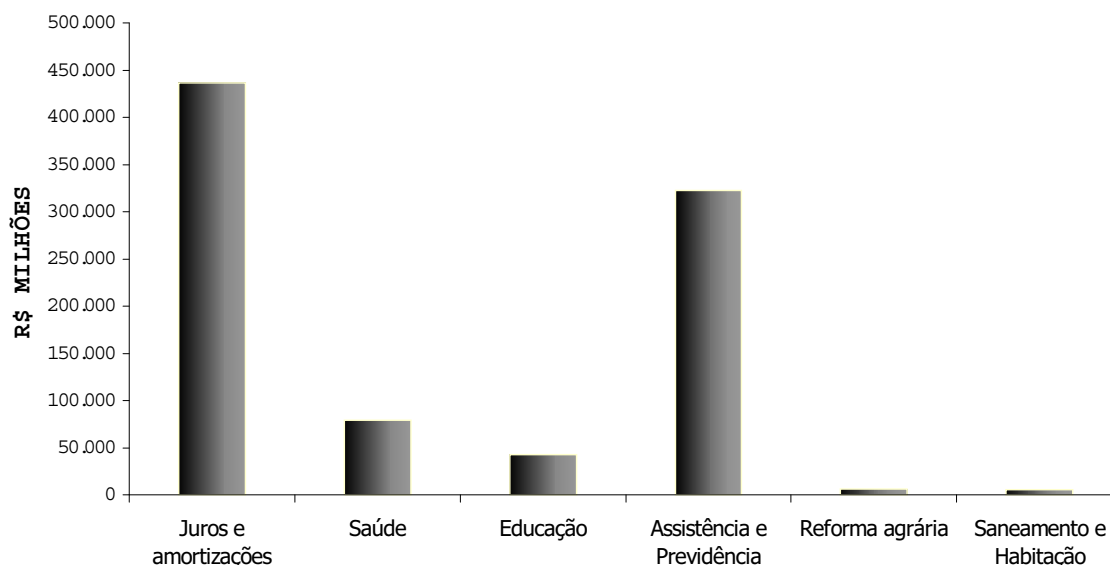
⁷ Informe Anual do FMI, 1999, P. 82).

⁸ Documento produzido pelo Banco Mundial, onde é feito um diagnóstico de cada país, com os quais o banco mantém operações de financiamento. O CAS, que também é um relatório à direção do banco, orienta os rumos da política econômica e explicita as condições às quais o país deve se submeter para ter direito aos recursos dessa instituição.

indicadores sociais do mundo desenvolvido. Na Tabela 3, pode-se visualizar o contraste entre os indicadores sociais dos países desenvolvidos e aqueles apresentados pelo Brasil.

Além disso, em termos de apropriação da renda gerada, o Brasil destaca-se como um dos países mais injustos. O coeficiente de Gini, um indicador de concentração, se manteve em 0,6 durante toda a década de 90. A distribuição da renda dá uma idéia mais exata do que significa esse nível de concentração. No período analisado (1995-2000), a parcela da população brasileira que compõe os 10% mais ricos se apropriaram de 48% de toda a renda gerada. Em contrapartida, os 50% mais pobres materializaram uma apropriação da renda de apenas 12%.⁹

Gráfico 3 – Gastos sociais e gastos com juros e amortizações da dívida pública* (1995-2000)



Fonte: SOF; IBGE; Conjuntura Econômica NOV 2001, VOL 51, Nº 11.

*Taxa de câmbio nominal comercial (média mensal de venda) R\$/US\$

⁹ Cf. informações do banco de dados da FGV.

Tabela 3 – Indicadores sociais – década de 90 (países selecionados)

	Brasil	Alemanha	Canadá	França	Japão	Inglaterra	EUA
Esperança de vida ao nascer (anos)	67	77	79	78	80	77	76
Mortalidade Infantil (por 1000 nascimentos)	34	5	6	5	4	6	7
Desnutrição infantil (% abaixo de 5 anos)	6	nd	nd	nd	2,5	nd	1
Acesso a água potável (% da população)	69	nd	100	100	95	100	73
Taxa de analfabetismo (% da população + de 15 anos)	16	-	-	-	-	-	-

Fonte: World Development Indicators CD-ROM, World Bank, 1999; Informe Control Ciudadano 2001.

Certamente a concentração da renda se reflete nos demais indicadores sociais, tornando o país uma referência em termos de contrastes sociais. É importante assinalar que esse nível de concentração também reflete o processo de transferência de renda para a esfera financeira através do principal instrumento de rolagem da dívida – a taxa de juros. Então, entre os 10% mais ricos, os empresários do setor financeiro ocupam lugar privilegiado. De fato, conforme dados oficiais publicados pelo Banco Central, os grandes credores da dívida pública são os bancos.

5. Considerações finais

O modelo econômico implantado no Brasil não contribuiu para o desenvolvimento social pretendido. Além de não se alcançar o “esperado crescimento econômico” depois de quase uma década de existência, os indicadores sociais se deterioraram.

A estabilização perseguida pelo governo FHC se fez a um custo muito alto. A dívida pública aumentou exponencialmente e o seu giro está estrangulando as finanças públicas. No campo social, atingiu-se índices históricos de desemprego e de pobreza.

Parece não restar dúvidas quanto aos efeitos negativos da política econômica e do endividamento público na vida da população. Se o montante de juros e amortizações da dívida se igualaram a todos os gastos sociais, dá para imaginar o efeito desses recursos sendo usados em políticas de geração de emprego e combate a pobreza. Podem surgir argumentos defendendo a manutenção de uma política econômica ortodoxa, sem a qual o país poderia caminhar para um certo isolamento dos fluxos comerciais e financeiros mundiais. Contudo, esse não é um motivo forte o suficiente para justificar a condenação de um terço da população a viver na mais absoluta pobreza.

Desse debate, algumas questões ficam a espera de uma resposta. Conforme foi demonstrado, o valor pago de juros e amortizações quase se equiparou ao total da dívida. Entretanto, o seu montante não para de crescer, o que corrobora a tese de que é impossível pagá-la. Será que não é chegada a hora de estabelecer uma discussão em torno deste tema que ultrapasse o enfoque do alongamento do perfil da dívida? Entre os investimentos sociais e o pagamento da dívida, devemos continuar optando pela segundo? Será que a alternativa de priorizar a produção para mercado interno é insensata ou são insensatos com o país aqueles que são contra?

Bibliografia

Boletim do Banco Central do Brasil, vários números.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Estado forte, para investir. In: ***Conjuntura Econômica***, Abril de 2002.

GRAUWE, Paul de. Globalização e mais competitividade não derrubam gastos sociais. In: ***Folha de São Paulo***, 11/11/2001.

Entrevista do Ministro da Fazenda, Pedro Malan, divulgada na manhã de 02/07/2002 pela agência Broadcast (www.fazenda.gov.br/portugues/document/2002/pr020702.html).

Informe Anual do FMI de 1999.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. La violencia de la desigualdad. In: ***Informe Control Ciudadano***, 2001.

LAURELL, Asa Cristina. Para um novo Estado de Bem-Estar na América Latina. In: ***Lua Nova***, nº 45, 1998.

Revista Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV, vol. 55, nº 11, nov/2001.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. A face social da mudança econômica: funções da pobreza. In: BARROS, Flávia (Org.). ***As estratégias dos bancos multilaterais para o Brasil***. Brasília: Rede Brasil, 2001.

RICUPERO, Rubens. Exportar não basta. In: ***Folha de São Paulo***, 05/05/2002.

STIGLITZ, Joseph E. FMI: a Etiópia como prova. ***Le Monde Diplomatique***, São Paulo, ano 3, n. 27, 2002.

World Development Indicators CD-ROM, World Bank, 1999.